

**A UNIÃO FAZ A FORÇA:
SOCIEDADES MUTUAIS NO SILÊNCIO D'O DESPERTADOR
(1838-1841)**

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo as sociedades de auxílio mútuo. Instituições privadas que exerciam função pública, durante muito tempo, foram um caminho para os trabalhadores se reunirem em associação e garantirem assim uma segurança financeira nos momentos de infortúnios. As primeiras sociedades foram criadas na década de 1830 e poucos trabalhos se debruçam sobre o início deste associativismo. O objetivo deste estudo, então, é verificar como o começo deste movimento associativo foi visto pela sociedade civil. E para isto foi utilizado como instrumento para esta análise o periódico *O Despertador* publicado na Capital do Império entre os anos de 1838-1841.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

SUELANE CAMELO DE ARAUJO

**A UNIÃO FAZ A FORÇA:
SOCIEDADES MUTUAIS NO SILÊNCIO D'O DESPERTADOR (1838-
1841)**

**NOVA IGUAÇU
2014**

SUELANE CAMELO DE ARAUJO

**A UNIÃO FAZ A FORÇA:
SOCIEDADES MUTUAIS NO SILÊNCIO D'O DESPERTADOR (1838-
1841)**

Monografia apresentada ao curso de História como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientadora:

Prof^ª. Dr^ª Monica de Souza Nunes Martins

**NOVA IGUAÇU
2014**

SUELANE CAMELO DE ARAUJO

**A UNIÃO FAZ A FORÇA:
SOCIEDADES MUTUAIS NO SILÊNCIO D'O DESPERTADOR (1838-
1841)**

Monografia apresentada ao curso de História como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Banca examinadora:

Prof^a Dr^a Monica de Souza Nunes Martins (Orientadora)

Prof. Dr. Otair Fernandes de Oliveira

Prof. Dr. Marcos José de Araújo Caldas

**NOVA IGUAÇU
2014**

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento será para Aquele que sempre está comigo tanto nos momentos de alegria como, principalmente, nos momentos de maiores dificuldades. Eu agradeço imensamente a Deus por ter me dado saúde e paz para trilhar o meu caminho, por ter sido o meu acalanto nos momentos de incertezas, por me dar força para enfrentar os obstáculos da vida e por ter colocado pessoas maravilhosas em meu caminho, fazendo com que me ajudassem a crescer enquanto ser humano. A Ti, todo o meu amor!

Agradeço a minha família que é o meu alicerce. A minha mãe Jacira que é a minha base, a ela o agradecimento mais que especial, por todo o cuidado que tem comigo, por todo o seu carinho, paciência, palavras de conforto e de ânimo, por seu amor incondicional. Ao meu pai Raimundo por ser, para mim, um exemplo de superação na vida e por me mostrar os motivos para ser forte e transpor os obstáculos da caminhada. Ao meu irmão Antonione, que com sua inteligência, sempre esteve presente e solucionou minhas dúvidas. E ao meu namorado Rafael Suhett que esteve comigo em todos os momentos e que compreendeu os meus momentos de reclusão. Obrigada por me trazer paz e ser meu grande incentivador.

Não posso deixar de agradecer, também em especial, a minha orientadora Monica Martins que foi fundamental para a conclusão deste trabalho. Um exemplo de determinação e de luta por uma sociedade mais justa esteve sempre acessível para me orientar na pesquisa, mesmo eu envolta em muitas atividades. Com sua mão materna, não me deixou desistir e pacientemente me ouviu e me aconselhou. Obrigada por acreditar em meu potencial, quando eu mesma, já cansada, não mais acreditava.

Aos meus professores da graduação, mas dois merecem meus mais sinceros agradecimentos. O professor Marcos Caldas que mesmo com toda a sua erudição, não deixa todo o seu vasto conhecimento subir a cabeça e se faz respeitoso com todos. Um exemplo a ser seguido pela Academia. E o professor Otair Oliveira um grande mestre que tive a oportunidade de conviver e conhecer o ser humano que ele é e a sua luta por uma sociedade mais democrática e mais justa. Obrigada por contribuírem para a minha formação acadêmica

e mais que isso por terem contribuído para o meu crescimento enquanto pessoa. Meu muito obrigada!

Aos amigos que fiz na graduação que me ajudaram, direta ou indiretamente, nesta caminhada. Uns de forma bem especial... a Viviane Nazário que, como minha companheira de todas as horas, esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida e que juntas crescemos e amadurecemos. Outra pessoa fundamental é Elizabeth Souza que tive a oportunidade de conviver no fim da graduação, mas que foi presença muito importante para mim, com todo o seu companheirismo e zelo. A Valdirene Pessoa que como uma mãe sempre me ouviu, me aconselhou e foi companhia constante nas atividades da graduação e na vida. Não posso esquecer os amigos que fiz no programa PET-Conexões de Saberes-Baixada que ao longo dos quase 3 anos de muitas atividades me proporcionaram um enorme crescimento profissional e pessoal, aprimorando meu senso crítico quanto as injustiças sociais, raciais e de gênero. Também aos amigos do extinto Conexões de Saberes que me proporcionaram maravilhosos momentos de alegria e aprendizado.

Seria injustiça deixar de fora destes agradecimentos os amigos Marilaine Barbosa, Ana Paula Vitorino, Andréia Rodrigues, Maria Jose (Zezé) e Maurício Cardoso junto a sua esposa Cíntia Cardoso. Pessoas especiais em que juntos pudemos experimentar, na prática, que indivíduos em associação conseguem transpor os obstáculos da vida, corrigir as injustiças sociais e lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Obrigada por todo o companheirismo e aprendizado.

A todos vocês que entraram na minha vida, acredito que não foi por acaso, pois cada um veio com seu jeito todo especial e me proporcionou momentos e aprendizados que jamais esquecerei. Muito obrigada por tudo!

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	09
2 – AS SOCIEDADES DE AUXÍLIO MÚTUO	11
3 – A VISÃO DO JORNAL O DESPERTADOR – 1838-1841	26
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
FONTE	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

INTRODUÇÃO

O mutualismo é um fenômeno associativo que durante muito tempo não recebeu atenção por parte dos trabalhos historiográficos. Quando citado era sob a visão de um início inexpressivo do movimento dos trabalhadores defendida por José Albertino Rodrigues¹, mas é a partir da década de 1990 com o pioneirismo de Tânia Regina de Luca² que o fenômeno mutual passa a ser visto como algo com características e dinâmicas próprias, desde então o movimento passa ser visto na sua complexidade.

O olhar mais direcionado ao mutualismo tem trazido a tona muitas informações sobre o passado que até então não era imaginado. Como, por exemplo, o estudo de Artur José Renda Vitorino³ sobre os compositores tipógrafos que deflagram uma greve em 1858, uma atitude dos trabalhadores que se mostrava impensável para muitos historiadores que só concebem um movimento grevista somente a partir do fim da escravidão em 1888.

Muitas são as contribuições que o estudo do mutualismo tem feito para uma maior elucidação do passado brasileiro. É preciso ressaltar que o historiador ao decidir trilhar o caminho para o entendimento desta temática depara-se com dados de forma fragmentada e assistemática como aludido por Cláudio Henrique de Moraes Batalha⁴, mas que ao final tem a devida recompensa com saldo positivo de novas e enriquecedoras informações sobre o pretérito.

O que se pretende nesta monografia é contribuir para esta construção do passado, mesmo que de forma despretensiosa. Poucos são os trabalhos que analisam as mutuais no início das primeiras criações, e é aqui que este trabalho entra em cena, procurará vestígios das primeiras formações mutuais através da leitura um periódico da Corte em fins da década de 1830.

¹ RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

² LUCA, Tânia R. de. O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

³ VITORINO, A. J. R. Escravidão, Proletários e a Greve dos Compositores Tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas, v. 6, n.10-11, p. 71-106, 1999.

⁴ BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth, Campinas, v. 6, n.10-11, p. 41-68, jan./dez., 1999.

Então para entender a dinâmica do trabalho, apresento neste momento a estrutura da monografia: onde no primeiro capítulo o leitor terá um panorama do que foram as sociedades de socorro mútuo, desde o aparecimento das primeiras associações até o período de esvaziamento das instituições mutuais por conta da averbação da sua função social por parte do poder público. Serão mostrados quais eram os objetivos destas sociedades, quais serviços eram oferecidos, a quem procuravam atender. O foco será uma breve análise sobre este fenômeno que tem, a cada novo estudo, mostrado sua complexidade. Uma parte deste capítulo também está dedicada a mostrar o que um historiador encontrará ao escolher este caminho que apesar de árduo, se revela bastante profícuo.

Já o segundo capítulo consiste em uma análise do periódico denominado *O Despertador* que vigorou de 1838 a 1841 na Capital do Império. Pretende-se mostrar o que pensavam os redatores deste diário de notícias sobre o associativismo e sobre, principalmente, as sociedades de auxílio mútuo que tiveram suas primeiras associações fundadas no período de vigência do jornal.

Por fim, a partir da análise do diário de notícias, pretende-se verificar a qual foi a visibilidade que as sociedades de socorros mútuos tiveram para aqueles que foram contemporâneos seus.

AS SOCIEDADES DE AUXÍLIO MÚTUO

Para entendermos o surgimento das sociedades mutualistas na década de 1830, precisamos recuar um pouco no tempo para verificarmos a conjuntura que antecedeu às suas criações. A vinda da Família Real para a colônia, em 1808, e o Decreto de Abertura dos Portos trouxeram novos elementos para a economia colonial. A maior circulação de mercadorias vindas da Europa, concorrendo com os produtos dos artesãos locais, e a circulação das idéias liberais, também vindas do velho continente, contribuíram para o enfraquecimento das Corporações de Ofícios. Segundo Monica Martins,

O pensamento e a crítica econômica liberal ao modelo de trabalho das corporações de ofícios – associando-as a perversos monopólios que impediriam a expansão do livre comércio -, desfecharam golpes fatais contra o aprendizado e, sobretudo, contra a intervenção do Estado na produção e nas relações de trabalho.¹

A ideologia econômica liberal criticou duramente o monopólio das Corporações sobre a aprendizagem e, principalmente, sobre o exercício das artes. Suscitou intensos debates sobre os privilégios destas instituições que se tornavam um entrave para o livre comércio. Com isso, a Constituição de 1824 estabeleceu o fim das corporações de ofícios no Brasil. E as Irmandades que atuavam em conjunto com as corporações na regulação do ofício, com a extinção destas, passaram a ter suas funções reduzidas.

Na cidade do Rio de Janeiro, as primeiras sociedades mutualistas foram criadas nos anos de 1830, década seguinte a extinção das corporações. Estas sociedades reuniam seus associados segundo alguns critérios, que poderiam ser por ofício/profissão, etnia, localidade, entre outros. Cada sociedade produzia o seu estatuto e nele estavam descritos os objetivos da associação, o seu funcionamento, os critérios de admissão dos sócios, os serviços oferecidos, como se daria a participação dos sócios, como se realizariam os auxílios, entre outros assuntos.

Os que ali se tornavam sócios contribuía com mensalidades ou jóias com o objetivo de recorrer aos socorros pecuniários, caso alguma adversidade o impedisse de trabalhar, possibilitando assim a subsistência do assegurado. Sobre os serviços oferecidos pelas mutualistas, por Claudio Batalha temos uma melhor visão:

¹ MARTINS, Monica de Souza Nunes. *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008, p. 144.

No que diz respeito ao tipo de serviços oferecidos, a oferta costumava ser muito similar de uma sociedade mutualista para a outra. Há o que poderíamos chamar de um leque de “serviços mínimos” (auxílio funeral; pensão para a família no caso de falecimento; e pensão por invalidez) oferecido por todas as sociedades. Outras previam, além dos serviços mínimos, auxílios como um socorro por idade, o que não equivalia propriamente a uma aposentadoria já que somente costumava ocorrer nos casos em que a idade avançada impedisse o sócio de exercer seu ofício. Outro serviço comumente previsto era o auxílio doença (que em alguns casos deveria ser reembolsado à sociedade). Menos frequente é o auxílio em caso de prisão.²

Alguns serviços ofertados se repetiam em variadas mutuais, mas isto não impedia que outros serviços fossem oferecidos. As escolhas dos serviços a serem ofertados vão nos trazer uma noção dos dilemas enfrentados pelos trabalhadores do século XIX. Segundo Ronaldo de Jesus:

A relação dos tipos de socorros oferecidos pelas associações representava a tradução dos principais medos e inseguranças presentes, na experiência cotidiana, e contra os quais os trabalhadores lutavam coletivamente. Nesse processo, artesão e operários especializados percebiam a necessidade de forjarem mecanismos mais sólidos de proteção social.³

Segundo Cláudia Viscardi, “o movimento associativo mutualista foi composto, sobretudo, por trabalhadores – assalariados ou não – que por não serem ricos, precisavam garantir a sua sobrevivência e a de seus familiares em momentos de infortúnio”.⁴ Entretanto, essa associação à uma mutual era resultado de escolha, pois os indivíduos tinham disponíveis algumas modalidades de superação da pobreza. A autora vai chamar atenção para duas dessas estratégias. Uma delas é a filantropia, caracterizada como uma solidariedade vertical, cuja relação entre o doador e o receptor é de hierarquia. A outra estratégia é a mutualista, caracterizada como uma solidariedade horizontal, onde há uma relação de igualdade/reciprocidade em que os indivíduos compartilham as mesmas necessidades e se associam, onde pagam as mensalidades devidas e recebem o auxílio no caso de precisarem. Então,

a opção pelo mutualismo pode ter significado, para aqueles que a fizeram, uma estratégia fundamental de manutenção de um importante valor compartilhado pelos

² BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Campinas, v. 6, n.10-11, p. 41-68, jan./dez., 1999, p. 60.

³ JESUS, Ronaldo P. de; LACERDA, David P. Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial. *Revista Mundos do Trabalho*, Santa Catarina, v. 2, n. 4, p. 126-142, ago./dez. 2010, p.137.

⁴ VISCARDI, Cláudia M. R. Estratégias Populares de Sobrevivência: O Mutualismo no Rio de Janeiro Republicano. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 291-315, 2009, p. 294.

trabalhadores, o da respeitabilidade. Os benefícios recebidos nos momentos de necessidade eram tidos como direitos e não como favores. O mesmo não acontecia com aqueles que dependiam da caridade alheia.⁵

Mas não era qualquer indivíduo que poderia se associar a uma mutual, segundo Viscardi, estas instituições eram estruturas hierarquizadas e excludentes. Para ser integrante de uma sociedade beneficente era necessário ter uma fonte de renda para poder contribuir com as mensalidades; este critério acabava promovendo a exclusão dos desempregados, dos miseráveis e daqueles que não pudessem contribuir. Não somente os desvalidos financeiramente estavam de fora de uma mutual, mas os que não se encaixassem nos critérios etários, raciais, de gêneros e de região.

A exclusão de gênero é a que mais chama atenção. As associações mutuais se mostraram espaços predominantemente masculinos. Inseridos em uma sociedade patriarcal, não deixaram de refletir isto na composição de suas instituições, fazendo assim com que a participação das mulheres nos espaços de sociabilidade fosse ínfima. Esta exclusão se acentua pelo fato de as mulheres ainda serem minoria no mercado de trabalho do século XIX. No fenômeno mutual:

[...] a relação das sociedades de auxílios mútuos com as mulheres era quase sempre na condição de dependentes dos associados homens, durante a vida destes, e depois do seu falecimento, como beneficiárias de sua pensão (viúvas e filhas solteiras). Mesmo em ofícios onde eventualmente houvesse a presença de mulheres, estas raramente tinham a oportunidade de filiação às sociedades mutualistas, como sócias de pleno direito.⁶

O aparecimento de sociedades de socorros mútuos anos depois da legalização do fim das corporações não provocou a extinção das Irmandades que antes eram ligadas a algum ofício. Um importante trabalho sobre o mutualismo no Recife vai mostrar que estas duas instituições, a sociedade mutual e a irmandade, coexistiram.

Este trabalho é o de Marcelo Marc Cord, que em sua tese, analisou uma associação composta de artífices negros no Recife oitocentista. A Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, oficializada em 1841, era composta por artífices mecânicos do ramo das construções que buscavam, além de auxílios financeiros em momentos de infortúnios, a valorização dos seus ofícios.

⁵ Ibidem, p. 312.

⁶ BATALHA, op. cit., p.65.

Inseridos em uma sociedade escravocrata, os fundadores desta sociedade procuraram fugir do estigma do defeito mecânico imputado a escravidão. Então, empenharam-se na valorização do trabalho através das aulas teóricas noturnas, com o objetivo de aprimoramento das técnicas, e associando o trabalho à inteligência. Inculcando a ideia de que seu trabalho não era uma simples atividade manual, mas um trabalho que exige perícia, conhecimento e técnica. Tal preocupação com a formação do artífice demonstra também resquícios do pensamento da época das corporações de ofício, pois “se no passado os mestres haviam dominado o ensino da “prática”, agora eles poderiam reinventar o monopólio de seus ofícios através de aulas “teóricas””⁷. Este traço de continuidade entre as duas instituições, apesar do lapso de tempo entre elas, reforça empiricamente uma hipótese levantada por Cláudio Batalha de que

parece verossímil – ainda que a comprovação dessa tese dependa de mais evidências empíricas - que existissem também alguns elementos de continuidade entre as corporações de ofício proibidas pela Constituição de 1824 e as sociedades mutualistas que começam a se formar na década seguinte.⁸

A Imperial Sociedade, oficialmente fundada em 1841, cuja criação data de 1836, teve como marco final o ano de 1880, escolhido pelo autor, por conta da inauguração do Liceu de Artes e Ofícios que ficou sob a responsabilidade da Sociedade. No início de suas atividades, a convivência com a Irmandade de São José do Ribamar, que congregava pedreiros, carpinteiros, marceneiros e tanoeiros, foi bastante intensa. Muitos de seus sócios eram irmãos naquela Confraria e até meados de 1860 a Sociedade esteve sediada na Igreja de propriedade da Irmandade. Esta coexistência entre Sociedade mutual e Irmandade relativiza a ideia colocada por Cláudio Batalha⁹, de que o fim das corporações de ofício exigiu que trabalhadores especializados *substituísem* as irmandades embandeiradas por associações laicas¹⁰. Segundo Marc Cord, “os profundos imbricamentos entre as duas agremiações oferecem, portanto, um caminho alternativo às leituras clássicas de que o liberalismo tenha

⁷ CORD, M. M. *Andaimes, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836 - 1880*. 2009. 377 f.. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009, p. 4.

⁸ BATALHA, op. cit., p. 49.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Ibidem*, apud CORD, op. cit., pág. 6 (grifo autor).

necessariamente forçado os artífices especializados a *trocarem* suas “arcaicas” confrarias pelas “modernas” associações”.¹¹

Esta sociedade, que foi fundada quase duas décadas após a Constituição de 1824, carregou durante a sua existência valores apregoados pelas antigas corporações, como a preocupação com o ensino e a valorização do ofício. Dialogou com as elites locais e com isso angariou privilégios e apoios em suas empreitadas. Apesar de promover auxílios aos sócios em casos de infortúnio, esta função da sociedade muitas vezes foi colocada em segundo plano. Durante seus anos de existência, passou por transformações que refletiram em seu nome. No início oficial era denominada de Sociedade dos Artistas Mecânicos. Sua busca pela valorização do seu ofício refletiu na mudança do nome para Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. A proximidade com as elites locais foi crescendo até conseguir o apoio do Imperador para a associação, então passou a ser denominada de Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. Todas estas ações mostram que no caso desta associação recifense o auxílio mútuo não era seu único campo de atuação. A proximidade temporal com as corporações permitiu que as lembranças daquelas prerrogativas ainda fossem tão marcantes e que somadas as incertezas dos novos tempos os levaram a se associarem para sua própria proteção e a proteção de seus ofícios.

As Associações de auxílio mútuo da primeira metade do século XIX, nos primeiros estudos sobre sua existência, foram caracterizadas como o início do processo evolutivo da “classe” trabalhadora. Em sua pesquisa José Albertino Rodrigues procurando entender o movimento operário que, na sua concepção, resultou nos sindicatos e nos partidos, delimitou em fases este processo. Segundo o autor, “a primeira fase do movimento sindical brasileiro corresponde a um período que ainda não é rigorosamente sindical mas, pelo fato de organizar o trabalho livre, contém seus elementos embrionários e prepara sua gestação: É o período *mutualista*”.¹² Este fase se encerraria em 1888 e começaria então a segunda fase: o período de resistência. Ao todo o autor delimitou o movimento operário em cinco fases. O ano de 1888 foi escolhido como o fim do mutualismo e o início do período de resistência, segundo Cláudio Batalha:

¹¹ CORD, op. cit., loc. cit. (grifo do autor).

¹² RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 6 (grifo do autor).

Duas razões levam a este tipo de leitura que elege um marco inaugural a partir do qual torna-se possível falar da classe operária. Por um lado, a presença do trabalho escravo antes de 1888, que conduz alguns autores até mesmo a questionar a possibilidade de falar de capitalismo no Brasil nesse período. Por outro lado, a crença de que a classe operária é “filha da indústria” e que, portanto, só teria existência a partir do surto de expansão industrial ocorrido nos anos de 1880.¹³

Até mesmo José Albertino Rodrigues afirma que o sistema escravista não permitia o desenvolvimento do trabalho livre. Segundo ele, a Lei Áurea permitiu “o amplo desencadeamento da força de trabalho contida pelas amarras com que o trabalho servil embarçava o labor manual”.¹⁴

Estes recortes deixam implícito uma ideia de que ao iniciar uma nova fase a outra já terminou por completo. Tânia Regina de Luca através de sua pesquisa comprova que na prática não houve esta divisão em fases estanques. A autora critica que “a ideia de associar o mutualismo a um embrião – aquilo que não pode ser definido pelo que é, mas pelo que virá a ser – fez escola”.¹⁵ Em seu estudo sobre o mutualismo paulista, ela delimitou a duas principais cidades do estado, São Paulo e Santos, pois seriam “pólos dinâmicos da economia”.¹⁶ E verificou que no final do século XIX até meados de 1920 houve um crescimento no número de sociedades de socorros mútuos em consequência do rápido processo de urbanização trazido pelo café.¹⁷ Este crescimento no número de mutuais ocorreu num período posterior a fase mutualista marcada por Rodrigues, o que demonstra a fragilidade da teoria proposta pelo autor.

A autora atenta para o fato de não se confundir mutualismo com sindicalismo, pois são distintos. O primeiro não se limitava a associações de operários, poderiam congregam membros de variadas classe sociais e vários tipos de profissionais como médicos, alfaiates, tipógrafos, entre outros. Poderiam se organizar não pelo trabalho, mas também por etnias, credos religiosos ou localidade. Apesar de que estas tinham como ponto de referência o processo produtivo, visto que seus auxílios socorriam os trabalhadores em caso de acidente,

¹³ BATALHA, op. cit., p. 46.

¹⁴ RODRIGUES, op. cit., loc. cit.

¹⁵ LUCA, Tânia R. de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990, p. 7.

¹⁶ *Ibidem*, p.8.

¹⁷ *Ibidem*.

morte ou idade. Porém em nada se parecem com o sindicalismo, que tinha sua preocupação voltada para a relação entre operário e capitalista, entre capital e trabalho. Em que o operário deveria resistir e conquistar a mudança da estrutura social.

Sobre o mutualismo e o sindicalismo paulistano a autora conclui:

No afã de estabelecer uma relação de anterioridade entre mutuals e sindicatos não se atenta para o que é essencial, ou seja, a coexistência no tempo e no espaço dessas formas de organização. (...) Sindicalismo e mutualismo são, portanto, fenômenos contemporâneos e não excludentes, ainda que nem sempre seja possível demarcar fronteiras claras entre eles. Se, de fato, pode-se encontrar casos de sindicatos originados a partir de antigas sociedades de auxílios, isso não subordina todo um movimento a outro. Em contrapartida existem exemplos de sindicatos que passaram a se dedicar exclusivamente a atividades beneficentes, não se concluindo daí que a beneficência teria suplantado o sindicalismo.¹⁸

Contrapondo a ideia de fases, Tânia de Luca traz a ideia de coexistência entre estes dois movimentos, tanto que, em alguns casos, um poderia assumir as funções do outro. Um outro exemplo que rompe com esta teoria de fases é o trabalho de Artur José Renda Vitorino sobre os tipógrafos no Rio de Janeiro em meados do século XIX. A Associação Tipográfica Fluminense iniciou suas atividades em 25 de dezembro de 1853 e procurou atender as necessidades dos seus associados, os compositores tipográficos. Fundada como uma sociedade mutualista, para atendimento de seus sócios através de auxílios financeiros nos momentos de necessidade por desemprego, acidente, invalidez ou para custeio de enterro e/ou pensão à família, “a Associação Tipográfica Fluminense assumiria também práticas políticas que deixariam registrados indícios de uma transição de uma forma de associação de tipo mutualista para uma organização operária de resistência”.¹⁹

Para entender como se organizavam coletivamente, Vitorino fez uma análise da greve realizada pelos compositores tipógrafos em 1858 e a criação por eles do *Jornal dos Typographos*. Os grevistas estavam insatisfeitos com o fato de que seus salários não estavam sendo reajustados e, com o aumento do custo de vida na época, estava ficando inviável manterem suas necessidades básicas. Por conta disso entraram em greve e criaram o jornal, financiado pela Associação Tipográfica Fluminense, que segundo eles era para indenizar os leitores com a não publicação dos jornais em que trabalhavam.

¹⁸ Ibidem, p. 11.

¹⁹ VITORINO, A. J. R. Escravismo, Proletários e a Greve dos Compositores Tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Campinas, v. 6, n.10-11, p. 71-106, 1999, p. 72.

Segundo Vitorino, em 1858 circulavam na Corte quatro folhas diárias e foram os compositores tipográficos de três delas que entraram em greve. O Jornal dos Typographos, que foi criado para minimizar a falta de circulação daqueles periódicos, acabou se tornando um instrumento de divulgação das suas reivindicações e de suas idéias. Em uma de suas edições, os grevistas publicaram uma carta endereçada ao Imperador D. Pedro II onde explicavam a motivação de tal atitude e conclamavam ao Imperador e ao público para arbitrarem este conflito, em que de um lado estavam os compositores tipógrafos que sofriam com seu salário que não acompanhava a carestia do custo de vida e do outro estavam os proprietários dos periódicos que auferiam grandes lucros e não davam um mínimo de aumento àqueles que tanto contribuía para seus lucros e para a sociedade.

Os compositores tipográficos, além de exporem suas dificuldades no jornal, empenharam-se em demarcar seu ofício em um lugar diferenciado naquela sociedade estratificada e escravista, em que o trabalho manual era considerado algo degradante e indigno. Colocavam que o exercício da função exigia esforço intelectual devido a sua complexidade e por isto não poderiam ser comparados a trabalhadores braçais. Ressaltavam então a importância de seu trabalho para a sociedade. Com isso,

A greve dos compositores tipográficos de 1858 mostrava que eles estavam construindo uma identidade coletiva, tendo em vista a valorização sócio-econômica do seu ofício. Mas, para realizar a valorização da figura do trabalhador, os operários precisavam demarcar positivamente o lugar do trabalho naquela sociedade escravista.²⁰

Esta greve de 1858 mostra uma sociedade mutualista com atividades de resistência, característica esta que teoricamente só apareceria após a abolição. Isto nos atenta para o fato de que uma sociedade mutualista apresentou não somente a atividade de assistência, neste caso foi além e procurou congregar os artífices deste ofício para associarem-se em busca da igualdade entre os homens, liberdade e a fraternidade entre os associados. Seria através da associação que os artífices conseguiriam diminuir as mazelas sofridas com as péssimas condições de trabalho e as suas dificuldades financeiras seriam minimizadas com o auxílio, e então alcançariam sua dignidade moral.

As associações de socorros mútuos desempenhavam o papel de auxílio aos trabalhadores por conta da ausência do Estado nesta área de proteção ao trabalhador. Eram

²⁰ Ibidem, p. 99.

instituições privadas desempenhando uma função social de grande relevância, pois, sem superestimar, tornavam a sociedade mais equilibrada, evitando maiores agitações frente às incertezas e inseguranças da vida cotidiana. O indivíduo ao se acidentar, conta com o socorro da mutual do qual ele é sócio, mas caso não pudesse recorrer a este auxílio, por conta da inexistência deste tipo de instituição, um grande sentimento de insegurança pairaria sobre o seu dia a dia. As agitações seriam inevitáveis. O Estado apesar de não assumir esta função social, procurou ficar atento às suas atividades.

As primeiras legislações brasileiras sobre o associativismo preocupavam-se apenas em ficar a par das novas sociedades que eram formadas e seus objetivos de associação. Quanto a isso, o historiador Vitor Manoel Marques da Fonseca²¹, em seu estudo sobre os direitos civis e o associativismo no Rio de Janeiro no início do século XX, expõe sobre essas legislações. As Ordenações Filipinas tratavam em seu texto de dispositivos em relação às sociedades de natureza econômica que tinham em vista o lucro, mas que por analogia eram invocadas também para associações de outras naturezas que não econômica. Aludiam sobre o tempo de duração de um contrato, quando seria desfeito, sobre os bens adquiridos pela instituição, os ganhos ilícitos e suas penas.

Em meio a agitações políticas, o Alvará de 30 de março de 1818 proibiu a existência de sociedades secretas e reafirmou a obrigatoriedade de submissão dos estatutos ao governo para aprovação. Esta reafirmação pressupõe uma legislação anterior regulando este dispositivo, mas, como observado por Vitor Fonseca, ainda não se tem notícia de que lei seria esta.

A Lei de 20 de outubro de 1823 revogou o alvará de 30 de março de 1818, mas manteve a proibição da existência de sociedades secretas. Determinou que uma associação precisava pedir autorização às autoridades policiais dentro de 15 dias após a primeira reunião. E escalonou as punições para aqueles que desobedecessem aos dispositivos. No período conturbado e em meio a um novo momento político, o da independência do Brasil, era preciso lançar mão de mecanismos para proteção desta nova ordem e tendo em vista a força que algumas agremiações políticas tinham, como a Maçonaria, percebe-se uma maior

²¹ FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.

preocupação em saber que tipo de sociedades estavam se formando e, principalmente, uma maior punição àquelas que atentavam contra a ordem social.

O Código Criminal de 1830 juntamente com o ato adicional de 1834 passou para as Assembleias Legislativas a prerrogativa de legislar sobre a criação e o funcionamento de casas de socorros públicos, conventos e quaisquer associações políticas ou religiosas. Já no governo de D. Pedro II, a Lei n. 261 de 3 de dezembro de 1841 devolveu aos chefes de polícia a fiscalização sobre as sociedades secretas e ajuntamentos ilícitos. O Decreto n. 575 de 10 de janeiro de 1849 estabeleceu a incorporação de quaisquer sociedades anônimas.

As legislações citadas mostram uma crescente preocupação por parte do Estado com as organizações associativas. O que nas primeiras leis estava estabelecido que as sociedades deveriam dar ciência de sua existência ao governo, com as crescentes agitações políticas as legislações passam a apresentar punições mais rigorosas e uma maior vigilância contra qualquer reunião de pessoas que o façam com fins subversivos a nova ordem política.

O movimento associativo experimentou um elevado crescimento no número de instituições e o governo Imperial então procurou exercer um maior controle sobre este fenômeno. É na década de 1860, que vemos uma maior atenção do Estado com relação ao movimento associativo. Para tanto foram criadas leis de regulamentação e maior controle deste fenômeno que estava crescendo. Em 22 de agosto de 1860, foi criada a Lei de número 1083 onde determinava que uma sociedade (religiosa, beneficente, profissional, recreativa, entre outras) para ter reconhecimento legal precisava passar pelo processo de aprovação do governo Imperial. Era necessário pedir autorização para a fundação ou registro de uma associação já existente, e reforma dos estatutos das sociedades já autorizadas. O Decreto de número 2711 de 19 de dezembro de 1860 passou a regulamentar como se daria este processo de aprovação.

O autor Ronaldo Pereira de Jesus²² no seu estudo sobre os registros de sociedades no Conselho de Estado nos explicita de forma bem sucinta como era o processo. Para se formar qualquer tipo de sociedade (profissional, recreativa, religiosa, entre outros) os pretendentes

²² JESUS, Ronaldo P. de. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 13, n. 1, p. 144-170, jan./jun. 2007.

deveriam comunicar o desejo de reunião à delegacia mais próxima e pedir autorização para que as reuniões acontecessem. Autorizados, os encontros aconteceriam quantas vezes fossem necessários para a elaboração do Estatuto. E então as atas das reuniões e o Estatuto eram remetidos ao Conselho de Estado, especificamente, à Seção dos Negócios do Império para serem analisadas. Após a análise, eram aprovadas ou sugeridas alterações para que atendessem as exigências do Império para que então fossem aprovadas. Algumas associações publicavam seus estatutos como uma forma de estimular as pessoas a se associarem a recém criada instituição. As sociedades que foram criadas antes destas legislações regulamentadoras, para terem suas atividades legalizadas, deveriam submeter seus estatutos ao Conselho de Estado e caso precisassem eram sugeridas alterações ou eram aprovados ou então reprovadas.

Todo este processo de regulamentação das sociedades traz à tona uma preocupação do Império que será externada pelo Conselho de Estado através dos pareceres emitidos após análises dos pedidos de autorização feitas pelas associações. Com o trabalho do historiador Mateus Fernandes de Oliveira Almeida²³, podemos entender um pouco das ideologias defendidas pelo Conselho de Estado. Os estatutos remetidos a esta instituição eram discutidos entre os conselheiros e a partir disto eram emitidos pareceres sobre a aprovação, o indeferimento ou as retificações de dispositivos para serem reformados pela sociedade suplicante e futura submissão ao Conselho. Um ponto de indeferimento dos pedidos era sobre a saúde financeira da associação. A crescente procura pela associação levava muitas vezes a falência de algumas destas instituições que não conseguiam equilibrar o valor das mensalidades com os benefícios ofertados, resultando assim em prejuízo aos associados, para evitar tal desgaste e frustração o Conselho indeferia pedidos de sociedades que não apresentavam um equilíbrio entre contribuições dos sócios e benefícios ofertados.

Um ponto que chama bastante atenção do autor Mateus Almeida é com relação ao papel civilizador das sociedades mutuais. As sociedades em seus estatutos versavam sobre virtudes que os sócios deveriam resguardar como a boa índole, o respeito aos valores morais, as boas maneiras, a boa educação, entre outras qualidades. As sociedades mutuais desenvolviam regras de convivência, de urbanidade para que assim pudessem ser

²³ ALMEIDA, M. F. O. Poder público, cultura associativa e entidades mutuais no Rio de Janeiro do Segundo Reinado. In: XXVI Simpósio Nacional de História: Anpuh: 50 anos, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História: Anpuh: 50 anos*, São Paulo: ANPUH-SP, 2011. p. 1-17.

diferenciados da população rude. Um exemplo disto é o que determina a Sociedade de Beneficência Bons Amigos União do Bonfim, no capítulo 4, artigo 18 de seu Estatuto:

Se algum sócio entregar à prática de más ações, ou não cumprir as obrigações de seu cargo o Conselho fará todos os esforços para corrigi-lo; e se o sócio porém, durante o espaço de seis meses, não apresentar mudança em sua conduta, será desligado da Sociedade, o que terá lugar em Assembléia Geral, pela forma marcada no regimento interno.²⁴

O interesse desta sociedade em cultivar os bons hábitos nos seus sócios reflete a busca por uma identidade que os diferenciasssem da população inculta e desordeira. Estes sentimentos de ordem e de civilidade eram incutidos como objetivo de moralizar o trabalhador e iam ao encontro dos anseios do governo de construção de um ideal de sociedade.

A vigência deste procedimento burocrático durou até 4 de novembro de 1882 quando foi promulgada a Lei de número 3150 que retirou do Conselho de Estado a prerrogativa de conceder as autorizações às sociedades.

Todo esse processo de legalização das associações gerou um corpo documental que tem sido analisado recentemente. Estes registros de aprovação ou de modificação dos estatutos nos esclarecem em parte como era este fenômeno associativo, que incluso encontramos as sociedades mutuais, pois através dos estatutos podemos encontrar os anseios dos que ali pleiteavam a autorização e também vemos as ideologias que o Império procurava estabelecer.

O historiador que escolhe estudar o fenômeno mutualista tem encontrado dificuldades para uma análise mais aprofundada do tema. Sobre isto Cláudio Batalha diz que,

O caráter assistemático e fragmentário dos dados também cria dificuldades para uma análise mais detalhada do funcionamento dessas sociedades naquilo que, pelo menos em tese, seria sua atividade fim: a prestação de auxílio aos seus sócios. Algumas conclusões preliminares podem ser tiradas da leitura dos objetivos das associações.²⁵

Apesar de se ter acesso aos Estatutos onde verificamos os objetivos e os anseios dos sócios fundadores, não se consegue na maioria das vezes saber se as mutuais atenderam de

²⁴ Seção de Negócios do Conselho de Estado. Consulta de 16 de maio de 1861 sobre os Estatutos da Sociedade de Beneficência Bons Amigos União do Bonfim. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, caixa 528, pac. 47, env. 3, doc. 39. apud Ibidem. p. 15.

²⁵ BATALHA, op. cit., p. 60.

forma eficiente estes objetivos. Tal empreitada exigirá do estudioso uma procura intensa por outros documentos para uma melhor visão sobre o movimento mutualista.

Dois outros desafios são postos ao historiador que se debruça sobre o estudo do mutualismo:

Em primeiro lugar, a premência de se observar as associações independentemente da atração que sobre este tema exerce a questão da formação da classe trabalhadora e do movimento operário e sindical. Quer dizer, a necessidade de se partir de referências teórico-metodológicas e históricas próprias, específicas para o estudo do mutualismo em um plano mais abrangente que meramente a história do sindicalismo, por exemplo. A questão da cidadania, dos movimentos sociais, na cidade e no campo, e as solidariedades horizontais se afiguram como temáticas correlacionadas de importância evidente.

E, em segundo lugar, conseqüentemente, a urgência de se traçar o esboço de uma periodização mais detalhada para o fenômeno associativo, para além dos contornos atualmente conhecidos e considerando as especificidades regionais.²⁶

O autor chama atenção para a grande preocupação que se tem em estudar o movimento mutual para o entendimento da formação da classe trabalhadora, desconsiderando a complexidade do fenômeno. Muitas outras questões podem ser estudadas neste tema, como por exemplo a cidadania, mas para isto é preciso vê-lo em sua especificidade. Este outro olhar contribuirá para uma periodização mais adequada ao associativismo.

As sociedades mutuais, a cada novo estudo feito, têm mostrado sua complexidade na organização de suas atividades e na composição dos seus associados. Criadas para atenderem aos seus sócios através de auxílios, muitas das vezes desempenharam outros papéis que não o seu. Estudar o mutualismo como fenômeno próprio trará a luz muitas outras especificidades que o reducionismo de colocá-lo como uma pré-história do movimento operário não permite.

As especificidades regionais merecem uma maior atenção, para saber como cada localidade experimentou este movimento. As duas principais localidades que mais são estudadas, Rio de Janeiro e São Paulo, já mostram uma diferença que é apontada por Ronaldo de Jesus:

Portanto, se soa razoável pensar que em São Paulo o mutualismo nasceu e cresceu sob a égide das condições “sub-humanas” em que o desenvolvimento do capitalismo colocava os trabalhadores no início do século XX, como afirma Tânia Regina de Luca, tal assertiva parece pouco plausível se aplicada à cidade do Rio de Janeiro. Talvez a hipótese mais razoável, tendo em vista o estado atual das pesquisas, seja considerar que o mutualismo no Rio de Janeiro nasceu, ou pelo menos ganhou força,

²⁶ JESUS, op. Cit., p.153.

com a crise dos mecanismos políticos e culturais de dominação da classe senhorial escravista, a partir de 1860, como sugere o raciocínio de Sidney Chalhoub.²⁷

Estas diferenças regionais convidam o estudioso a se aprofundar no estudo das mutuais levando em conta que não se pode limitar a ver o mutualismo como um resultado do desenvolvimento econômico. Se parece plausível para o caso de São Paulo, fica a pergunta para o Rio de Janeiro, já que apresentou o crescimento do número de mutuais bem antes do dito “capitalismo”. O estudo das dinâmicas regionais trará uma melhor definição do que foi o movimento mutual brasileiro. Os primeiros passos já têm sido dados, vários são os estudos feitos fora do eixo Rio-São Paulo como bem aponta Antônio Gasparetto Júnior:

Nas décadas iniciais do século XXI, tem-se notado uma predominância de trabalhos sobre o mutualismo nos estados do Rio de Janeiro, Rio grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Para o caso fluminense, destacam-se os trabalhos de Cláudio Batalha, Cláudia Viscardi, Ronaldo Pereira de Jesus e Vitor Fonseca. O estudo do mutualismo no estado gaúcho tem como importante representante Adhemar Lourenço da Silva Júnior. Cláudia Viscardi é também a principal referência sobre o mutualismo em Minas Gerais. E, sobre o tema em São Paulo, destacam-se os trabalhos de Tânia Regina de Luca e Luigi Biondi. Este grupo de pesquisadores é referência nos estudos relacionados à historiografia do mutualismo no Brasil. A partir deles a temática ganhou força e gerou importantes representantes em outros estados brasileiros, como é o caso de Aldrin Castelluci, que se dedica ao tema na Bahia, Rafaela Leuchtenberger, referência das pesquisas em Santa Catarina, Osvaldo Batista Acioly Maciel, pesquisador do mutualismo em Alagoas, e Marcelo Mac Cord, que estudou um caso de mutualismo na cidade de Recife.²⁸

A enumeração acima não esgota a lista de nomes de estudiosos do tema, mas demonstra que têm começado a se interiorizarem as pesquisas sobre o assunto, a caminho de uma maior elucidação do fenômeno mutual.

Cláudio Batalha²⁹ num balanço sobre a História do Trabalho aponta que os trabalhos de caráter monográfico resultantes de mestrados e de doutorados têm contribuído significativamente para um melhor entender o passado, mas que a partir do momento em que os estudiosos procurarem atentar para os pontos específicos e para os pontos generalizáveis nas pesquisas da História do Trabalho maiores serão os ganhos em termos de conhecimentos e uma melhor definição da temática estudada. Para isso o autor recomenda o uso da

²⁷ Ibidem, p. 155.

²⁸ GASPARETTO JÚNIOR, A. *Direitos Sociais em perspectiva: seguridade, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes em Juiz de Fora/MG (1872-1930)*. 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. p. 73.

²⁹ BATALHA, Claudio H. M. Os desafios atuais da História do Trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

comparação. Estes trabalhos que em muitas vezes possuem uma dimensão mais local se comparada a outras também deste viés ou comparada a outras escalas como estadual, nacional, entre outras, podem nos trazer uma melhor visão sobre um tema estudado. Sobre isto o autor nos diz que “a comparação auxilia na elaboração das hipóteses explicativas e suscita questões que dificilmente surgiriam apenas com um estudo de caso. Somente a comparação permite distinguir os traços gerais dos específicos no estudo de um dado fenômeno.”³⁰

As sociedades mutuais que surgiram nas primeiras décadas do século XIX, mas foi em fins do mesmo século que experimentaram uma vigorosa expansão no seu número. Como instituições privadas exercendo uma função social de assistência aos seus sócios trabalhadores, viram seu esvaziamento a partir do momento em que o estado começou a implementar medidas de proteção social. Dentre elas, a Lei de Acidentes de Trabalho de 1919, que determinou que o patrão pagasse indenização ao empregado que se acidentasse no trabalho; a Lei Elói Chaves de 1923 que instituía as Caixas de Aposentadorias e Pensões a princípio para os trabalhadores ferroviários, aos poucos foram sendo estendidos à algumas outras categorias; a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos em 1933 que ampliou para diversas outras categorias profissionais a assistência social. A partir do momento em que o estado começa a trazer para si a responsabilidade de administrar a seguridade social dos trabalhadores, as sociedades mutuais veem seu esvaziamento. Segundo Gasparetto Júnior, a estrutura básica formada pelo Estado influenciou no efetivo esvaziamento das mutuais brasileiras nas décadas de 1930 e 1940.³¹

³⁰ Ibidem, p. 96.

³¹ GASPARETTO JÚNIOR, op. cit., p. 70.

A VISÃO DO JORNAL O DESPERTADOR – 1838-1841

O associativismo tem como característica a reunião de indivíduos que coletivamente procuram encontrar uma solução para algum problema comum ao grupo. Este fenômeno não deixa de refletir as transformações de uma sociedade ao longo dos tempos e o jornal do período, objeto de estudo, se torna um importante instrumento para entender o fenômeno associativo. A análise de periódicos por historiadores tem se mostrado enriquecedora para a compreensão do passado.

Um exemplo disso é o estudo da historiadora Fabiane Popinigris denominado *As Sociedades Caixeirais e o “fechamento das portas” no Rio de Janeiro (1850-1912)*. Os caixeiros, empregados do comércio, pleiteavam a redução do horário de trabalho com o fim do expediente às 8 horas da noite nos dias de semana e o fechamento das portas aos domingos e feriados. Com a resistência por parte dos comerciantes, iniciou-se um movimento que antagonizou os comerciantes e os seus empregados. Estes, ao reivindicarem este direito, utilizaram-se da estratégia de enviar cartas ao Conselho Municipal e à imprensa invocando a imagem de trabalhadores íntegros que estavam de forma ordeira pedindo o atendimento de suas súplicas. “Os caixeiros, entretanto, caíram nas boas graças da imprensa como moços honestos e laboriosos, o que foi decisivo no rumo legalista que a campanha do fechamento tomou.”¹

Este estudo da autora mostra o alcance que um periódico pode ter para difundir idéias e para formar opiniões. Através dos noticiários foi também possível ter acesso a mais detalhes do conflito que, muitas das vezes, somente as fontes oficiais não nos apresentam. Então, para entender um pouco mais sobre o fenômeno associativo de caráter mutualista, recorreremos a análise do periódico *O Despertador* que teve suas edições publicadas no Rio de Janeiro entre os anos de 1838 e 1841, período em que vemos serem criadas as primeiras associações de socorro mútuo. Este olhar externo, do diário de notícias, muito tem a contribuir para compreensão do associativismo.

O jornal *O Despertador* teve sua primeira edição publicada em 27 de março de 1838 e na sua primeira página vemos os princípios norteadores deste periódico. No alto de sua

¹ POPINIGIS, Fabiane. *As Sociedades Caixeirais e o “fechamento das portas” no Rio de Janeiro (1850-1912)*. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Campinas, v. 6, n.10-11, p. 109-146, 1999. p. 116.

página, temos o subtítulo: *Diário Commercial, Político, Científico e Litterario*, e a partir disto verifica-se a ordem de importância que cada assunto teve nas próximas edições deste noticiário. Logo abaixo encontramos uma nota chamada Advertência, que se repetirá nas primeiras folhas das edições, nela está a tônica do jornal. Atentemo-nos, nesta nota, para o trecho que enfatiza a que fins se destinam o diário:

O DESPERTADOR, sendo especialmente dedicado ao commercio e aos outros ramos da industria, trata com preferências os assumptos relativos a estas profissões; mas publicará as sessões das Camaras, e comprehendera todos os objetos tendentes a consolidação da ordem e a evolução e conservação das riquezas: o seu fim geral eh o progresso moral e o melhoramento material do paiz.²

É um jornal que se pretende noticiar sobre os assuntos referentes a temática do trabalho, especialmente, sobre o comércio e sobre a industria. Não se coloca como um questionador do sistema vigente, pelo contrário, entre seus propósitos está o de contribuir para o fortalecimento da ordem, o progresso moral e o desenvolvimento financeiro do país.

Continuando a análise, em outra parte do jornal sob o título “Prospecto”, os redatores ressaltam a utilidade dos diários dedicados ao comércio e a indústria para as sociedades modernas. E na Capital do Império há algumas do gênero, mas isto não impede que outras mais apareçam. Segundo os redatores, esta concorrência é saudável para o público, pois leva a constante busca ao aperfeiçoamento e ao melhor atendimento das necessidades de novos saberes que este crescente ramo da economia exige.

Sobre os assuntos que pretendem noticiar aos seus leitores temos:

Os anúncios e avisos para as transacções diárias, o estado corrente do mercado, o movimento dos fundos, o curso geral dos câmbios, entradas e saídas de embarcações, manifestos, despachos marítimos, preços correntes, [...] consignará em suas columnas as doutrinas e os princípios que devem dirigir o especulador em suas empresas, algumas disposições de direito mercantil mais essenciaes para a validade dos contractos [...] de cujo conhecimento depende muitas vezes toda a fortuna do negociante. [...] e noticias sobre os progressos e aperfeiçoamento das artes e principalmente a respeito da agricultura, e economia rural e doméstica; do importantíssimo objecto da introdução de braços livres, e meios que podem acelerar a sua progressão e utilidade; das comunicações interiores, da moral, educação, literatura, sciencias; e os outros melhoramentos, e interesses geraes do paiz.³

² O DESPERTADOR, Rio de Janeiro, 27/03/1838, n.1, p. 1.

³ Ibidem, loc. cit.

Com estas informações em forma de noticiário, os redatores procuram contribuir para a prosperidade econômica e para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Um outro objetivo nos chama atenção e merece ser destacado: o jornal “procurará também difundir o espírito de associação e das empresas, como meio mais eficaz (talvez o único), pelo qual se possam desenvolver os imensos recursos d’este vasto império.”⁴ Esta importância dada ao associativismo instiga a busca para empreender que tipo de associação é fomentada e idealizada pelos redatores do jornal O Despertador.

Inserido no mundo do trabalho, este periódico nos auxilia a entender, em parte, a visão sobre o movimento associativo. E tendo como um de seus objetivos o fomento ao espírito de associação, resta-nos esclarecer que tipo de associação este periódico procurou incentivar entre os seus contemporâneos.

Na edição número 31, publicado dia 03 de maio de 1838, discorrem sobre o espírito de associação e os benefícios para o homem em sociedade. Tecem numerosos elogios e incentivam o florescimento deste sentimento para com os outros como forma de tornar o convívio em sociedade mais harmonioso. Começam o texto enaltecendo a natureza humana que é dotada de qualidades que a torna diferente de outros animais, características como a inteligência, a razão, o dom da palavra e o raciocínio. Estas aptidões tornariam o homem capaz de elaborar e executar grandiosos projetos. Mas frente aos dissabores da vida, considerado individualmente, o homem se mostra débil e incapaz; e de tão fraco qualquer adversidade pode o aniquilar. Entretanto, declaram que um princípio pode fazer este homem, que sozinho é fraco, ficar forte:

[...] este princípio he o das *associações*. Reuni para hum fim commum, e dirigi com intelligencia hum grande numero desses entes, tão débeis, quando separados; e, por essa só operação, vós os fareis capazes de superar obstáculos milhares de vezes superiores a somma das forças individuaes, obrando em separado.⁵

Os seus redatores incentivavam este princípio, pois, segundo eles, os homens quando juntos conseguem superar suas dificuldades e incapacidades, conseguem assim ultrapassar grandes obstáculos que surgem durante a vida. A associação tem como princípio reunir pessoas com objetivos em comum. E, dependendo do fim a que se destina, a associação teria

⁴ Ibidem, loc. cit.

⁵ Ibidem, 03/05/1838, n. 31, p. 1.

uma classificação. A seguir veremos as diferentes categorias de sociedade colocadas pelo jornal:

Associações Políticas ou Nações e Estados, são as sociedades civis onde se desenvolvem as faculdades humanas com a finalidade de socorrer quem esteja em miséria, criar e conservar as riquezas materiais das localidades e possibilitar o progresso intelectual do gênero humano. Coloca o exemplo de que um Estado que se encontra fracionado em pequenos povoados, reside ali os atributos da fraqueza e vulnerabilidade. Mas ao se reunirem em associação, os indivíduos e famílias, então, formarão um império poderoso, capaz de proteger-se internamente contra injustiças e externamente contra hostilidades.

Associações de Beneficência que se dividem em duas formas: a primeira são as *casas de caridade, hospitais e casas de expostos* onde se socorrem os miseráveis, educam os expostos, curam os enfermos, socorrem os homens nos momentos de infortúnios que encontram ali algum meio de subsistência ou até mesmo um emprego. Nenhum indivíduo está imune a passar por necessidades, mas através da associação sua existência não será um peso para a sociedade. A segunda forma são os *montes pios e caixas de economia* que o jornal classifica como importantíssimas para a sociedade, pois preservam as famílias da indigência e da desonra quando o chefe de família previne as necessidades futuras de sua mulher e de seus filhos em caso de sua morte.

Associações Científicas são lugares onde se promovem o aperfeiçoamento moral e o desenvolvimento da civilização e da razão. Um indivíduo por mais que tenha conhecimento sobre um ramo da ciência, será na troca de conhecimentos com outros homens ilustrados que o saber alcançará sua plenitude e se facilitará a verificação de sistemas e métodos. Tem se assim o progresso da ciência e do homem.

Associações para as comunicações e outros melhoramentos, o espírito de associação aqui pretende trazer melhoramentos materiais. Facilitação do trânsito e das comunicações através das construções de estradas, canais, dissecação dos pântanos, aplanção de montes. O aperfeiçoamento dos transportes torna o deslocamento por terra ou pelo mar mais seguras e mais rápidas. Contribuindo assim para uma maior comodidade na vida.

Associações para criação das riquezas que se subdividem em: agricultura, comércio e manufatura. Na *agricultura* muito se tem desenvolvido em termos de melhoramentos por

companhias em diversos países, conhecimentos que muitas das vezes são mescladas com antigas práticas. O desejo do jornal é que se organizem semelhantes associações no Brasil para o progresso e desenvolvimento desta primeira origem da riqueza. No *comércio* temos as *Companhias de navegação e de especulação* que realizam grandes viagens, muitas vezes incertas e trazem grandeza e enriquecimentos para muitos Estados. Por meio desta associação muitos são os progressos do comércio e da civilização; *os bancos* que têm desenvolvido o capital na Europa e no norte da América e têm salvado muitos Estados em momentos de crises. Os bancos em sua natureza são independentes e por conta disso, muitas vezes, sustentam o crédito nacional; as *companhias de seguro* promovem a segurança de negociantes e proprietários contra infortúnios, que na sua ausência levaria a miséria muitos destas atividades. E, por fim, nas *manufaturas* o princípio da associação leva a grandes oficinas e desenvolve um alto grau de perfeição. Este empreendimento tem feito a Europa e a América do norte alcançarem outros mercados com seus produtos.

Toda esta preocupação dos redatores do periódico em discorrer sobre o espírito de associação, sobre os seus inúmeros benefícios à sociedade e sobre quais são os tipos, nos revela a sua preocupação em promover a ordem e a unidade. Outro importante elemento, que retiramos desta classificação feita pelo jornal, é a falta de clareza na diferenciação entre sociedades beneficentes e os montepios.

A autora Cláudia Viscardi⁶ discorre sobre esta dificuldade na diferenciação entre sociedade beneficente e montepio encontrada em alguns estatutos encaminhados ao Conselho de Estado. Na análise dos estatutos verificaram-se casos em que sociedades se autodenominavam como de auxílios mútuos ou filantrópicas ou beneficentes, mas que na leitura de seus estatutos a finalidade era diversa da sua denominação. Se na década de 1860, os sócios fundadores ainda apresentavam dúvidas quanto à diferença entre as formas associativas, é compreensível que em 1838 apareça esta falta de clareza na diferenciação.

Voltemos ao jornal e verifiquemos que tipos de associações foram noticiadas por este diário de notícias. A edição número 11, publicado dia 07 de abril de 1838, expõe, em sua página de número 3, sobre a associação *Monte de Socorro*, fundada na Corte pelo Ex. Sr.

⁶ VISCARDI, Cláudia. M. R. Experiências da prática Associativa no Brasil. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 117-136, jan./jun. 2008.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, que tem como função emprestar dinheiro com juros de 1% ao mês e guardar objetos valiosos em que os depositantes pagam o valor de 2% sobre o valor do objeto. O Monte de Socorro, para o periódico, só é possível graças à reunião de homens que por associação investem uma dada quantia em dinheiro com o objetivo de auferir lucros, neste exemplo dado, de 12% ao ano, mais o juro semestral refundido no capital e o prêmio de 2% sobre os objetos depositados. Sob sua ótica, todos saem lucrando, tanto os acionistas como os que recebem, pois não há sacrifício para nenhuma das partes. Quem recorre a esta instituição tem a garantia de dinheiro nos momentos de precisão, a discrição e a probidade nas transações. Ressalta que futuramente a instituição, à medida que forem aumentando as transações, pode emprestar dinheiro por juro bem menor, se aproximando de sua natureza, a beneficência. Segundo os redatores,

Tal he em miniatura o engenhoso mecanismo de huma sociedade que tantos bens promete ao paiz, que tanta aceitação tem obtido na capital do império. O espirito de associação vai cada vez mais se desenvolvendo entre nós; o bom êxito das primeiras companhias vai despertando o desejo de organizar novas, e breve teremos de ver realizados em nosso paiz todos esses portentosos melhoramentos industriaes, que somente podem ser operados pela accumulção de capitaes, pelo concurso de muitas forças particulares que todas convirão para o mesmo fim.⁷

Outro tipo de associação que recebe atenções dos redatores é a Sociedade Patriótica Auxiliadora da Amortização da Dívida Pública. Instituída pelos Exms. Ministros do Império e da Fazenda, juntamente com outros indivíduos, tem como objetivo contribuir para findar o mais breve possível as dívidas externa e interna do país. “Os sócios entrão com huma jóia ou donativo, que não deve descer de 5,000 rs., e obrigão-se a huma cotisação mensal de 1,000 em quanto a dívida não for amortizada.”⁸ Serão criadas filiais por outras cidades do império e a renda proveniente da associação ficará a disposição do Ministério da Fazenda. O periódico discorre sobre a associação a fim de mostrar a sua utilidade para o Estado tanto quanto para as fortunas individuais e confia que a oposição, pelo menos neste ponto, somará forças para este fim.

No entanto, uma associação nos chama atenção por toda a importância recebida do jornal, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, que foi fundada no Rio de Janeiro com o fim de socorrer os portugueses que se encontrassem em miséria na Corte. A ideia de fundar uma

⁷ Ibidem, 07/04/1838, n. 11, p. 3.

⁸ Ibidem, 06/10/1840, n. 783, p. 2.

sociedade do gênero foi proposto pelo Sr. José Marcelino da Rocha Cabral que na época ocupava importantes cargos, além de encarregado do Consulado geral de Portugal no país, era, ao mesmo tempo, presidente do Gabinete Portuguez de Leitura. É na edição de número 473, publicado dia 04 de novembro de 1839, que obtemos maiores informações sobre o que se pretendia alcançar com a fundação desta associação e que tipo de imagem desta instituição se intencionava passar ao público leitor.

Nesta publicação se anunciava o estabelecimento desta associação beneficente de caráter filantrópico que se propõe a socorrer os portugueses que se encontrem na indigência, através da reunião de indivíduos que com suas contribuições formariam o patrimônio da sociedade. Tinha como função principal o socorro aos portugueses indigentes e o seu auxílio se dava de diferentes formas. O beneficiário receberia o socorro de acordo com a sua necessidade, que poderia ser um emprego a quem não tem, educação moral e industrial aos jovens, facilitação para voltarem a Portugal aos que pretendessem o regresso, cuidados médicos aos enfermos, assistência aos presos, alimentos aos indigentes, orações aos falecidos, aos enfermos e aos moribundos, convencer os irregulares a se retirarem do Império. Os detentores destes direitos eram os portugueses, mas os estrangeiros e brasileiros caso quisessem ser socorridos por esta Sociedade, deveriam contribuir financeiramente para a instituição. Somente assim teriam acesso a estes benefícios.

A ideia de fundar esta sociedade foi apresentada, numa das reuniões do Gabinete Português, pelo Sr. Cabral que foi “acolhida com o mais pronunciado entusiasmo”⁹ pelos membros da associação. Deliberaram nesta reunião que o Gabinete prestaria todo o seu apoio e que uma comissão seria formada com membros do dito Gabinete juntamente com o idealizador do projeto para construírem um esboço de estatuto a ser apresentado na 1ª reunião da futura Sociedade, com o fim de agilizarem a formalização de um “estabelecimento tão altamente honroso e útil”¹⁰.

Nesta mesma reunião, o Sr. Cabral expôs os motivos que levaram a propor tal empreendimento. Publicado no jornal, se faz necessário destacar um trecho para melhor compreensão da finalidade. Diz Sr. Cabral:

⁹ Ibidem, 04/11/1839, n. 473, p. 1.

¹⁰ Ibidem, loc. cit.

O tempo que tenho vivido neste paiz, e sobretudo nos últimos mezes, em que minha posição official me tem offerecido mais numerosos factos, deo-me lugar à observação de que centenares de compatriotas nossos, obrigados pela deficiência dos recursos entre a numerosa população do reino, ou pelas perseguições políticas, ou, finalmente, por hum inconsiderado desejo de melhorar de fortuna, a exemplo de outros que o tem conseguido, vem para este paiz, e, em vez de encontrarem essa fortuna sonhada, se achão na indigência e reduzidos á mendicidade.

Casos tenho também visto de mulheres que vem procurar seus maridos, e que se achão mortos ou ausentes, e, para regressarem á pátria, passão por todas as humilhações da pobreza e com difficuldade encontrão na beneficência geral meios para o conseguirem; também não he raro ver meninos e meninas, filhos de Portuguezes pobres ou fallecidos, vagarem sem abrigo, sem educação e sem destino, em huma orfandade pungente, e correrem todos os riscos da infância e mocidade, sem direcção e sem apoio: estes factos, que o grande numero de população portugueza neste império torna tão freqüentes, fizerão-me lembrar a ideia de que ora occupo vossa attenção, de criação de huma sociedade de beneficência portugueza, cujo fim seja o socorrer esses miseráveis compatriotas, já para lhes facilitar o regresso á pátria, quando lhes convenha e o mereção; já, para lhes dar educação e occupações, quando estiverem nesse caso; já, finalmente, para socorrer a sua miseria, em quanto não tiverem esses destinos, ou quando se achem impossibilitados para o trabalho.¹¹

Outra informação importante que extraímos da exposição ao Gabinete é a citação do Sr. Cabral sobre a existência de outra sociedade com a mesma finalidade, beneficente de viés caritativa, que é organizada pelos franceses, onde as funções são semelhantes e tem obtido importantes resultados. Na nota de rodapé desta exposição é mencionada também a existência de sociedade assim constituída pelos suíços, igualmente na Capital.

Sobre as associações de imigrantes europeus, Tânia Regina de Luca trata sobre esta vinda de estrangeiros ao Brasil que idealizavam encontrar aqui meios para construírem uma vida de fartura. Deixavam sua terra natal com expectativas de superarem a pobreza e ao chegarem ao Brasil viam que a expectativa não era correspondida. Muitos enfrentaram dificuldades financeiras e, principalmente, viram-se em conflito com a nova cultura. Segundo Tânia de Luca, “tal adesão, por um lado, não lhe assegurava a aceitação plena por parte da sociedade hospedeira e, por outro, também não implicava uma negação radical de suas tradições.”¹² O imigrante português ainda encontrava aqui as agitações políticas do pós-independência do Brasil que encontramos portugueses e brasileiros em um clima de conflitos.¹³

¹¹ Ibidem, loc. cit.

¹² LUCA, Tânia R. de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990. p. 133.

¹³ Cf. MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Podemos inferir que o projeto de constituição desta Sociedade não foi bem quisto por aqueles que não eram portugueses, pois o jornal dedicou parte de duas edições suas para a defesa desta instituição “importantíssima”. Para interceder pela associação o periódico vai combater os principais argumentos contrários proferidos pelos discordantes. São estes os argumentos que se tem conhecimento:

- 1º. Que a sociedade he desnecessária, porque há irmandades em que se prestão socorros aos enfermos indigentes.
- 2º. Que o plano, por muito vasto, he inexecuível.
- 3º. Que só he útil para os Portuguezes, e que, portanto, não po’de ter as sympathias do paiz.
- 4º. Que he útil para o Brazil, mas prejudicial a Portugal.¹⁴

Sobre o primeiro argumento de que as irmandades já atendiam aos desvalidos e que, portanto, a criação da sociedade é desnecessária, o periódico descortina o leque de benefícios que as irmandades não atendem aos desvalidos, enquanto que a nova sociedade proveria. As irmandades nos seus atendimentos, só contemplam uma ou duas classes de indigentes, ao passo que a Sociedade Portuguesa de Beneficencia se pretende “alcançar em sua esphera todas as classes de indigentes”¹⁵.

No segundo argumento de que o projeto não é executável por ser muito amplo. É alegado que uma leitura com mais atenção do projeto da sociedade se verificará os meios com que se pretende manter o plano. No esboço do estatuto, em seu artigo 3º, há um mecanismo para prevenir a instituição de oferecer mais benefícios que seu patrimônio pode conceder. E é no artigo 3º que “se estabelece que, em quanto a sociedade não poder organizar todos os estabelecimentos indicados, praticará a beneficência da maneira mais conveniente, segundo os regulamentos”¹⁶. O artigo procura regular o número de benefícios de acordo com o patrimônio da sociedade que poderá ser para mais ou para menos os diferentes tipos de auxílios a serem ofertados. Além do mais, se pretende investir o patrimônio da instituição e o rendimento permitirá que o capital da associação não seja extinto, aliados à admissão de novos membros, às ofertas de benfeitores e até mesmo aos legados deixados à sociedade contribuirão para o crescimento gradativo do capital. Acredita-se também que a grande

¹⁴ O DESPERTADOR, Rio de Janeiro, 14/11/1839, n. 482, p. 1.

¹⁵ Ibidem, loc. cit.

¹⁶ Ibidem, loc. cit.

população portuguesa na Capital e província juntamente com os indivíduos do país e estrangeiros que confiando na instituição e na sua importância para a sociedade concorrerão para serem membros contribuintes.

A edição de número 483, publicado em 13 de novembro de 1839, continuou a apresentar os outros dois pontos a serem defendidos. Com relação ao ponto em que diz que a utilidade da sociedade será restrita aos portugueses, tal argumento é rebatido com a alegação de que tanto os nacionais do Brasil Império quanto os estrangeiros podem contribuir para o patrimônio e rendas da associação e terão eles direito aos auxílios quando precisarem. E o Brasil é “o que tirará resultados mais extensos e mais importantes de semelhante instituição”¹⁷. Segundo eles, o país verá a redução da indigência, a retirada de vadios e viciosos incorrigíveis para fora do país, a minoração da prática de crimes, o aumento do número de homens trabalhadores e industriosos e receberá uma mocidade moralizada, educada e útil ao trabalho. Tudo isto resultado dos benefícios concedidos pela sociedade.

Para a quarta e última crítica que coloca a instituição como útil ao Brasil, mas prejudicial para Portugal, afirma-se que os portugueses são o objetivo principal da sociedade. Discorre também sobre o desgosto dos portugueses “industriosos e estabelecidos” ao verem indivíduos, seus compatriotas, reduzidos a mendicidade e integrando a estatística criminal. A sociedade atuará para melhorar esta situação em que se veem os portugueses no Brasil, para “o reconhecimento de sua nação e a gloria do nome portuguez”¹⁸. Há também o temor de que a emigração de portugueses para o Brasil aumente desordenadamente com a notícia de tal associação aqui fundada, causando prejuízo a Portugal, mas se contra-argumenta colocando que um indivíduo não vai para um país distante para angariar humildes socorros, sai com o objetivo de conseguir fortuna e riquezas. E a instituição só atende os que se encontram em estado de mendicância.

No dia 24 de setembro de 1840, em sua edição de número 773 foi publicado, finalmente, o Estatuto da Sociedade Portuguesa de Beneficencia juntamente com a lista de membros do Conselho deliberativo e da Diretoria. O jornal menciona a ansiedade em se ver constituída tal sociedade: “há muito que se esperava ver esta nova instituição formada pela

¹⁷ Ibidem, 15/11/1839, n. 483, p. 2.

¹⁸ Ibidem, loc. cit.

população portuguesa, muito mais numerosa, e de muito maiores recursos, que qualquer outra nação estrangeira neste paiz.”¹⁹ Mas a beneficência não era tão bem aceita pela população, para tanto foi colocado que aquele tipo a ser instituído não traria malefícios a sociedade, pelo contrário, contribuiria para ela. Como podemos ver neste fragmento:

Costuma-se negar a conveniência das instituições de caridade, pelo perigo de cahirem no sentimentalismo e alimentarem o ócio; porém, quando os meios consagrados para realizar a beneficência são principalmente, como vemos nos estatutos da sociedade de que tratamos, o desenvolvimento das faculdades individuaes, a habilitação para o trabalho, a educação e a moralisação, evita-se aquelle inconveniente, o qual somente se dá quando a beneficência consiste em socorros directos as necessidades, distribuídos sem discrição.²⁰

Como podemos ver, o periódico discorreu sobre alguns tipos de associações e deu maior ênfase a constituição desta sociedade beneficente. Mas um silêncio perturbador se fez com relação às sociedades de auxílio mútuo. Não há menção a nenhuma sociedade deste viés em um jornal que circulou no período de formação das primeiras sociedades de socorros mútuos. Talvez o silêncio seja resultado de desconhecimento destas sociedades por parte dos redatores, não é impossível, mas se faz difícil de acreditar. Para melhor compreender este silêncio, voltemos nossos olhares para um estudo de Cláudia Viscardi que procurando entender as estratégias dos populares para amenizarem sua carência financeira, a autora pontua duas formas disponíveis para a escolha, que não eram excludentes: o mutualismo e a filantropia.

No mutualismo, os indivíduos se reúnem e estabelecem uma rede de colaboração entre eles. Então,

[...] o outro é um igual, aquele que compartilha das mesmas necessidades e potencialidades. Juntos, desenvolvem relações de reciprocidade que tendem a ser mais balanceadas. Todos contribuem e todos recebem a contribuição. Realçam o *ethos* da obrigação mútua e a responsabilidade coletiva pelo bem-estar dos outros. Nesse contexto as relações tendem a ser mais horizontalizadas, e as hierarquias, menos definidas.²¹

Diferente disto é a filantropia em que um indivíduo melhor colocado financeiramente se dispõe a ajudar um outro, desvalido. Segundo Viscardi,

¹⁹ Ibidem, 24/09/1840, n. 773, p. 1.

²⁰ Ibidem, 24/09/1840, n. 773, p. 2.

²¹ VISCARDI, Cláudia M. R. Estratégias Populares de Sobrevivência: O Mutualismo no Rio de Janeiro Republicano. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 291-315, 2009. p. 293.

[..] o outro a quem se recorre pode assumir a face de uma Igreja, do Estado, do cidadão benemérito ou do coronel, e outras tantas variações que se encaixam bem no conceito de paternalismo. Tal relação tende a ter um trajeto verticalizado, no qual o doador estabelece com o receptor uma hierarquia cujo tom, à revelia das intenções ou motivações, será o do poder de quem doa sobre quem recebe. Nessa situação, o receptor se encontrará submetido ao doador, mesmo que este último não se utilize da relação em seu próprio proveito.²²

Temos, então, a diferença nas relações entre os indivíduos. Nas relações horizontalizadas os indivíduos partilham dos mesmos problemas e buscam através da reunião uma solução. Enquanto que nas relações verticalizadas os indivíduos estão em níveis diferentes. O que está em nível inferior recebe um favor do que acima dele, estabelecendo então uma relação de subordinação.

A autora Priscila da Costa Pinheiro, em sua dissertação sobre as formas de organização em associações de imigrantes portugueses na corte entre 1860 e 1882, conseguiu de forma pontual colocar as possíveis razões da prática da caridade ao analisar autores como Mauss²³, Godelier²⁴ e Bourdieu²⁵:

Tomando por base os apontamentos acima, é possível pensar as doações feitas pelos sócios bem aquinhoados como um mecanismo de reforço da cultura dominante. Através delas, setores da elite conseguiam alçar seus nomes à condição de cidadãos beneméritos, [...]. Tais doações eram compensadas pelo ganho simbólico, materializado pelo conhecimento e pelo reconhecimento de quem as faziam frente à sociedade brasileira, aos portugueses residentes no país e no além-mar.²⁶

A doação traz um ganho ao doador que não é material, mas simbólico. É o reconhecimento perante a sociedade de sua benevolência e o reforço de sua autoridade.

O jornal inserido numa sociedade patriarcal onde as relações são verticalizadas, não deixou de refletir o pensamento ao qual estava incorporado. Procurou enfatizar o estabelecimento da ordem e da unidade através da associação entre os indivíduos e a

²² Ibidem, loc. cit.

²³ MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1989.

²⁴ GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²⁵ BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.

²⁶ PINHEIRO, Priscila C. *Estratégias de organização da sociedade civil: as associações de imigrantes portugueses na Corte (1860-1882)*. 2001. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. p. 88

importância dada à constituição de uma sociedade beneficente de viés caritativo, reforçando as relações verticais na sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vemos que muitas das vezes a imprensa exerce um papel de difusor de ideologias, mesmo que não alcançando grande número de leitores, seu poder de propagar idéias e pensamentos não fica perdido. O jornal *O Despertador* não é diferente. Os redatores deste diário de notícias buscam a harmonia da sociedade brasileira através do princípio da associação.

Tecém calorosos elogios as diversas formas de associação, mas uma ganha uma tom especial: a Sociedade Portuguesa de Beneficencia. Uma associação de viés filantrópico que foi formada com a intenção de socorrer os portugueses que aqui chegavam e não conseguiam se estabelecer. Várias edições do jornal foram dedicadas a esta sociedade. Mas um silêncio foi notado...

As sociedades mutuais não foram citadas nenhuma vez pelo periódico. Como é um jornal que está inserido no mundo do trabalho e que pretende ser um instrumento para ordem do Império, podemos deduzir através de leituras bibliográficas que o diário refletia um pensamento marcadamente hierarquizante. A fundação desta sociedade beneficente de viés caritativo oculta um pensamento verticalizado em que o outro, que não está inserido no meu grupo social, está em nível abaixo.

Pois esta é a tônica das relações de filantropia entre dois indivíduos. O que recebe a doação fica numa posição abaixo e a mercê do doador. Este recebe o reconhecimento do doador e da sociedade como uma pessoa altruísta e generosa. Reflexo da lógica da sociedade patriarcal em que o Estado brasileiro está submerso.

O presente trabalho não pretende esgotar o assunto com relação a temática das associações no diário de notícias *O Despertador*. Muitas outras informações podem ser coletadas e analisadas a partir desta fonte histórica, mas deixo aqui o tema para que outros estudos possam ser desenvolvidos através da análise das linhas deste periódico.

FONTE

Periódico (Biblioteca Nacional – Divisão de Obras Raras)

O Despertador. Rio de Janeiro: Typ. Da Associação do Despertador. 1838-1841. Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706701&pasta=ano%20183&pesq=> >.

Acesso em: 9 de junho de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. F. O. Poder público, cultura associativa e entidades mutualistas no Rio de Janeiro do Segundo Reinado. In: XXVI Simpósio Nacional de História: Anpuh: 50 anos, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História: Anpuh: 50 anos*. São Paulo: ANPUH. 2011. p. 1-17.
- ALVES, T. V. F. A imprensa operária e o caso de “O Gráfico”. In: XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz*. Londrina: ANPUH, 2005.
- ALVES, T. V. F. *O Gráfico: representações da vida e da sociedade do Brasil na Primeira República*. 2007. 137 f.. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.
- BATALHA, Claudio H. M. Os desafios atuais da História do Trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.
- BATALHA, Claudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 4, p. 12-22, ago./dez. 2010.
- BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Campinas, v. 6, n.10-11, p. 41-68, jan./dez., 1999.
- CARVALHO, J. M. O povo do Rio de Janeiro: bestializados ou bilontras? *Revista Rio de Janeiro*, n. 8, p. 101-114, set./dez. 2002.

- CORD, M. M. *Andaimes, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836 - 1880*. 2009. 377f.. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.
- FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.
- FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XIX. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Campinas, v. 6, n.10-11, p. 171-218, 1999.
- GASPARETTO JÚNIOR, A. *Direitos Sociais em perspectiva: seguridade, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes em Juiz de Fora/MG (1872-1930)*. 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2013.
- GASPARETTO JUNIOR, A. Mutualismo, cidadania e esfera pública. *Revista Cogitationes*, vol. III, n. 8, Juiz de Fora, ago./nov. p. 4-17. 2012.
- JESUS, Ronaldo P. de ; LACERDA, David P. Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial. *Revista Mundos do Trabalho*, Santa Catarina, v. 2, n. 4, p. 126-142, ago./dez. 2010.
- JESUS, Ronaldo P. de. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, jan./jun. 2007.
- JESUS, Ronaldo P. de. Solidariedades horizontais e crise da dominação senhorial no Império (1860-1889). In: XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz*. Londrina: ANPUH, 2005.
- LACERDA, David P. Experiência associativa no Império: sociedades mutuais de trabalhadores livres na cidade do Rio de Janeiro (segunda metade do século XIX). In: XIII Encontro Regional de História: Identidades, 2008, Seropédica. *Anais eletrônicos do XIII Encontro Regional de História: Identidades*. Seropédica: ANPUH. 2008. p. 1-8.
- LACERDA, David P. Sociedades mutualistas no Rio de Janeiro: apontamentos e leitura crítica sobre a documentação do Fundo Conselho de Estado (1860-1882). *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, v. 25, n. 2, p. 315-331, jul./dez. 2002.
- LUCA, Tânia R. de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990.
- MARTINS, Monica de Souza Nunes. *Entre a cruz e o capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.
- MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

- PINHEIRO, Priscila C. *Estratégias de organização da sociedade civil: as associações de imigrantes portugueses na Corte (1860-1882)*. 2001. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.
- POPINIGIS, Fabiane. As Sociedades Caixeirais e o “fechamento das portas” no Rio de Janeiro (1850-1912). *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Campinas, v. 6, n.10-11, p. 109-146, 1999.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- SCHMIDT, B. B. A diretora dos espíritos da classe: a “Sociedade União Operária” de Rio Grande (1893-1911). *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Campinas, v. 6, n.10-11, p. 149-170, 1999.
- VICENTE, S. A. *Sociedades científicas, literárias e de instrução: dimensões da prática associativa dos homens de letras e sciencia na Corte (1860-1882)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.
- VISCARDI, Cláudia M. R. Estratégias Populares de Sobrevivência: O Mutualismo no Rio de Janeiro Republicano. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 29, n. 58, p. 291-315, 2009.
- VISCARDI, Cláudia. M. R. Experiências da prática Associativa no Brasil. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 16, p. 117-136, jan./jun. 2008.
- VISCARDI, Cláudia. M. R. Leis sociais e cidadania na Primeira República: o direito de associação. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. v. 1. p. 1-11.
- VISCARDI, Cláudia. M. R. Mutualismo e filantropia. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 99-113, jan./jun. 2004.
- VISCARDI, Cláudia. M. R. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2, n. 4, p. 23-39, ago./dez. 2010.
- VITORINO, A. J. R. Escravismo, Proletários e a Greve dos Compositores Tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, Campinas, v. 6, n.10-11, p. 71-106, 1999.